Lenira Carvalho e a consagração à luta pela justiça social

Lenira Carvalho iniciou sua participação política na Juventude Operária Católica (JOC), em reuniões onde as trabalhadoras domésticas discutiam seus cotidianos e suas condições de trabalho. Apesar da Igreja Católica ter sido uma referência importante para Lenira desde antes do seu encontro com a JOC, esse momento marca transformações importantes na sua trajetória, na sua forma de ver o mundo e na sua relação com a religião. Na JOC ela encontrou referências de luta que a ajudaram a dar nome e significado às injustiças que vivia no seu dia a dia. Para entender a atuação de Lenira Carvalho na Igreja Católica e a importância da JOC na organização das trabalhadoras domésticas no Brasil, é preciso lançar um olhar sobre o cenário do catolicismo no país, na América Latina e no mundo e, também, refletir sobre o que estava se passando fora das Igrejas.

Em toda religião, os princípios que guiam a conduta das fiéis são fonte de debate e disputa permanente entre diferentes visões. A história do Cristianismo é atravessada por ciclos de renovação teológica e eclesial em que o poder e a riqueza das próprias Igrejas foram questionados e entendimentos diferentes sobre seu papel social foram discutidos. Na década de 1940. discursos humanistas e progressistas começaram a crescer dentro da Igreja Católica, sobretudo a partir da propagação do pensamento de teólogos franceses e belgas que denunciavam a exploração capitalista e as desigualdades sociais. É importante pensar que esse também foi um momento de crescimento da adesão ao socialismo em diferentes contextos. Poucas décadas antes, em 1917, a Rússia tinha vivido uma revolução que instaurou um regime socialista na então criada União Soviética. O mundo vivia uma forte polarização entre dois modelos sociais e econômicos: o socialismo e o capitalismo. Nesse cenário, discussões sobre qual deve ser o papel da Igreja frente às desigualdades e à pobreza existente no mundo se aprofundam dentro da Igreja Católica. Alguns marcos importantes desses debates são o Concílio Vaticano II (1962-1965), o Pacto das Catacumbas (1965) e as Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Desde o final da década de 1940, o Brasil já vivia influência das ideias progressistas que vinham se fortalecendo na Igreja Católica e

cresciam as ações de alfabetização, cristianização e conscientização em bairros periféricos, nas quais a ideia de compaixão e garantia da dignidade das pessoas caminhavam lado a lado. Ainda não havia uma teologia consolidada que incorporasse ideias de justiça social com uma perspectiva marxista, como viria a ser a Teologia da Libertação, mas discussões sobre as injustiças sociais a partir dos ensinamentos de Jesus Cristo desencadearam uma série de ações com o objetivo de transformar a sociedade. Apesar de numericamente minoritários dentro da Igreja Católica, os setores progressistas conseguiram fazer com que a concepção de uma Igreja que deveria se colocar contra as injustiças sociais tivesse influência no país.

Um importante personagem neste processo, em nível local, nacional e internacional, foi Dom Hélder Câmara, Arcebispo do Recife e Olinda entre as décadas de 1960 e 1980, e um dos responsáveis pela consolidação da concepção de uma Igreja Católica voltada aos pobres. Dom Hélder fortaleceu a atuação da Igreja na luta contra a miséria, por moradia digna e melhores condições de vida nas periferias e denunciou os crimes da ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985). Sua atuação está inserida em um cenário no qual se fortaleceram experiências progressistas dentro da Igreja Católica em diferentes países da América Latina e Caribe, nas quais temas como a exploração capitalista e o subdesenvolvimento eram intensamente discutidos.

Nesse contexto e nas décadas seguintes também se ampliaram no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), experiências construídas em territórios pobres nas quais se buscava conectar a leitura da bíblia à compreensão da própria vida das pessoas e da realidade política e social em que viviam. As CEBs tiveram um importante papel na resistência à ditadura empresarial-militar e na organização política no processo de abertura democrática do país na década de 1980.

Ainda na década de 1960, Lenira Carvalho conheceu a Juventude Operária Católica numa reunião para a qual foi sem sequer saber o que encontraria. Ali, conheceu outra forma de viver a religião e saiu do lugar de solidão no qual sofria sozinha pelas condições de vida às quais

ela e as outras trabalhadoras domésticas estavam expostas. Apesar de muito religiosa, antes de conhecer a JOC Lenira vivia uma experiência religiosa disciplinar, relacionada à devoção e à privação dos prazeres como a dança e ir a festas. Era, sobretudo, uma experiência da religião como controle da sexualidade das mulheres. Se a fé, por um lado, aparecia como elemento de fortalecimento que a ajudava a atravessar o cotidiano, estava também associada à aceitação do mundo como ele era. Nas suas palavras: "Eu não deixava de ser revoltada, mas a minha fé aplacava alguma coisa". Quando conheceu a JOC, encontrou uma Igreja diferente, preocupada com as condições vividas pela população. A partir desse momento, passou a pensar sobre a religião como um meio para transformar as injustiças do mundo, entendendo a luta por justiça social também como uma expressão de fé. Dali em diante, consagraria a sua vida à luta por condições dignas para as trabalhadoras domésticas com a mesma devoção com a qual seguia outros preceitos religiosos.

A JOC foi uma importante aliada na organização das trabalhadoras domésticas no Brasil. Organizou grupos de reflexão com trabalhadoras em diferentes cidades do país, utilizando o método ver-julgar-agir, que pode ser resumido como um caminho no qual se olha para a própria vida e a realidade ao redor, se analisa essa realidade com base nas referências cristãs e com atenção às injustiças, e se traçam estratégias para agir no mundo com o objetivo de transformá-lo. Eram encontros potentes, nos quais as trabalhadoras, que viviam uma vida de grande privação, tinham a possibilidade de compartilhar e analisar os problemas que atravessavam as suas vidas, construindo consciência em relação às situações de opressão que viviam. A JOC contribuiu para a organização dos primeiros encontros regionais e nacionais de trabalhadoras domésticas no país, deixando um saldo muito importante para a organização da categoria.

Apesar de muito potente, a experiência da Igreja dos Pobres liderada por Dom Helder Câmara e a efervescência das CEBs no Brasil foi se enfraquecendo. O papado de João Paulo II, que se iniciou em 1978, marcou uma gui-

nada conservadora na Igreja Católica em todo o mundo. Setores conservadores da Igreja que sempre foram expressivos se fortaleceram ainda mais. Clérigos ligados à Teologia da Libertação foram perseguidos e tiveram a sua influência reduzida dentro da Igreja. Experiências como as CEBs, que haviam marcado as décadas anteriores, foram perdendo espaço. No Brasil, esse contexto coincide com o momento de esgotamento da ditadura empresarial-militar, com levantes de trabalhadoras de diferentes setores e em diversas partes do país e manifestações massivas do movimento contra a carestia e as péssimas condições de vida que afetavam a maior parte da população. As alas progressistas da Igreja Católica cumprem um importante papel nessa transição e na organização política em bairros populares, mas ao longo da década de 1980 vão sendo minadas dentro da própria Igreja e perdem a sua força. Apesar disso, as diversas experiências em torno da Teologia da Libertação deixaram um legado importante, principalmente na América Latina, que nos permite pensar que as Igrejas podem ter diversas caras e a fé pode nos guiar em muitas direções diferentes.

Entre o contexto que exploramos neste texto e os dias de hoje, muito se transformou no cenário religioso do país. Uma mudança significativa é o crescimento numérico, político e cultural das Igrejas Evangélicas Neopentecostais e a redução da influência da Igreja Católica. Outra questão para estarmos atentas é o fortalecimento, tanto nas igrejas católicas como nas evangélicas, de discursos fundamentalistas, disciplinares e conservadores, que muitas vezes naturalizam e reforçam as desigualdades que existem no mundo. O fundamentalismo e a intolerância religiosa têm se expandido com práticas que promovem o ódio e a exclusão das diferenças. Por outro lado, em contraposição a estas visões, também temos vivido o crescimento de frentes cristãs que lutam pela ampliação da democracia, pela defesa do Estado Laico e contra discursos excludentes. Dentro do cristianismo, há uma ampla diversidade de perspectivas e a experiência da Igreja dos Pobres da qual Lenira Carvalho fez parte nos ajuda a pensar em caminhos para uma igreja comprometida com a justiça social.

Glossário

Estado Laico

Estado Laico ou Estado secular é aquele que não se manifesta em assuntos religiosos, garante a liberdade religiosa e não adota religião oficial, ou seja, um Estado em que nenhuma religião determina as normas e/ou leis a serem seguidas pelas cidadãs.

Teologia da Libertação

É uma abordagem teológica cristã que enfatiza a libertação dos oprimidos e engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação dos povos das injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

Fundamentalismo religioso

O fundamentalismo é uma corrente de pensamento que prega obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios fundamentais. O fundamentalismo religioso se baseia na ideia de uma revelação divina como princípio estruturante da organização da sociedade em todas as suas dimensões. Em função disso, as correntes fundamentalistas religiosas tentam impor os seus preceitos sobre o Estado e a sociedade, na tentativa de transformá-las em normas para todas as cidadãs.

Intolerância religiosa

É uma forma de violência física ou moral que implica discriminar, ofender ou agredir de qualquer forma pessoas em razão de suas religiões, cultos, crenças ou práticas religiosas.

